

AUTOMEDICAÇÃO: SOLUÇÃO OU PROBLEMA?

Naiara Santos Bispo¹

Mariana Marinho Gomes Ferreira²

Amanda Chaves Vasconcelos³

Mabel Barbosa Esteves⁴

Resumo

A automedicação é um problema em razão do baixo conhecimento acerca dos efeitos adversos dos fármacos utilizados sem prescrição médica, razão pela qual torna-se imperativo identificar o perfil dos indivíduos que mais praticam a automedicação elencando os fármacos mais utilizados e, ainda, avaliando o conhecimento da população estudada sobre tais medicamentos. Os resultados foram obtidos a partir de entrevista realizada com frequentadores de uma farmácia localizada em um bairro popular de Salvador, BA, onde 94% das pessoas referiram automedicação majoritariamente de anti-inflamatórios não esteroidais como a dipirona sódica (83%) seguida pelo paracetamol (74%). O fator agravante pôde ser constatado quando 74% dos participantes da pesquisa afirmaram não conhecer os efeitos indesejados dos medicamentos usados.

Palavras-chave: Automedicação; Saúde pública; Toxicidade; Medicamentos.

SELF-MEDICATION: SOLUTION OR PROBLEM?

Abstract

Self-medication is a problem because of the low knowledge about the adverse effects of the drugs used without a prescription, which is why it is imperative to identify the profile of the individuals who practice more self-medication by listing the most used drugs and also by evaluating the knowledge of the population studied on such drugs. The results were obtained from an interview with pharmacists located in a popular neighborhood of Salvador, Bahia, where 94% of people reported self-medication mostly of non-steroidal anti-inflammatory drugs such as sodium dipyron (83%) followed by paracetamol (74%). the aggravating factor could be verified when 74% of the participants stated that they did not know the undesirable effects of the drugs used.

Keywords: Self-medication; Public health; Toxicity; Drugs.

INTRODUÇÃO

Automedicação é o ato de utilizar medicamentos por conta própria ou por indicação de pessoas não habilitadas a partir de um senso comum ou experiência própria, usados para tratamento de doenças cujos sintomas são identificados pelo indivíduo, sem antes consultar um profissional médico ou odontólogo, conforme definição da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (BRASIL, 2001). Esta prática se tornou um hábito em grande parte da

¹Graduada em enfermagem pela Universidade Salvador - UNIFACS. E-mail: naiarabispo11@hotmail.com

²Graduada em enfermagem pela Universidade Salvador - UNIFACS. E-mail: mmgf26@hotmail.com

³Graduada em enfermagem pela Universidade Salvador - UNIFACS. E-mail: amanduk_333@hotmail.com

⁴Doutora em Química Biológica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: mabel.esteves@gmail.com

população, podendo gerar graves consequências, visto que a maioria dos indivíduos que utilizam medicamentos sem prescrição médica tem pouco ou nenhum conhecimento referente ao mesmo, sobre suas indicações e contraindicações, advertências, interações medicamentosas e reações adversas (ARRAIS et al., 1997).

O Brasil tem um mercado de medicamentos que rende bilhões por ano, sendo um dos países que mais consomem medicamentos. Cerca de 480 empresas compõem o setor farmacêutico além de mais de 65 mil farmácias e drogarias espalhadas pelo país, em número crescente (DOMINGUES et al., 2015).

No complexo contexto do sistema de saúde brasileiro no qual as necessidades referentes a atenção à saúde não são plenamente atendidas, a farmácia comunitária ocupa lugar privilegiado como estabelecimento de saúde mais acessível à população por representar um importante local de busca por atendimento primário de saúde. Nas farmácias brasileiras, a venda de muitos fármacos não requer prescrição médica-odontológica incrementando e estimulando a automedicação e indicação terapêutica mediada por terceiros, tornando-as práticas comuns, mesmo em caso de doenças que necessitam de exames clínicos e laboratoriais para o seu diagnóstico (NAVAES et al., 2010).

Inexperiente e privado dos conhecimentos indispensáveis para diferenciar os problemas de saúde, julgar seu agravamento e decidir sobre a terapia medicamentosa mais adequada para a situação, o consumidor coloca sua saúde em risco, contribuindo com diagnósticos errôneos acerca da patologia, demora na identificação dos sinais e sintomas, seleção de terapia imprópria, posologia inadequada da droga, período de uso diminuído ou prolongado, possibilidade de dependência, risco de efeitos colaterais graves, possíveis interações com outros medicamentos, risco de reações anafiláticas e desconhecimento da forma correta de armazenamento do medicamento (RODRIGUES et al., 2016).

A intoxicação por medicamentos é considerada a principal preocupação frente à automedicação. Estatísticas do Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (SINITOX) da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) mostram que em 2015 foram registrados 24.549 casos de intoxicações por medicamentos, sendo esta, a primeira causa dos envenenamentos no país, correspondendo a 33,86% do total de eventos (BRASIL, 2007).

Com o intuito de minimizar os danos causados pela automedicação, em 2001 o Ministério de Saúde criou a Política Nacional do Medicamento, que é considerada um componente essencial para a correta implementação de ações capazes de gerar uma melhor condição da assistência à saúde da população. No que tange a automedicação, a política

objetiva promover o uso racional de medicamentos, enfatizando também ao processo educativo dos consumidores ou usuários sobre seus riscos, bem como a necessidade da receita médica (BRASIL, 2001).

Ao perceber o nível de abrangência e os riscos promovidos pela automedicação, foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça, da Câmara dos Deputados, o projeto de Lei 6492/06 que dispõe sobre a dispensa de medicamentos contendo antimicrobianos, de uso humano e/ou veterinário, ficando proibida a sua comercialização sem prescrição médica (BRASIL, 2011).

O projeto supracitado traz como proposta a redução do uso abusivo e irracional desta classe de medicamentos, que causam elevado número de intoxicações, principalmente pelo crescente número de casos de resistência bacteriana. Essas práticas resultam em reflexos negativos sobre indicadores de infecção hospitalar, levando a sérios prejuízos a saúde e a própria vida dos usuários, além de gerar custo operacional aos serviços de saúde. A lei também se contrapõe às indústrias farmacêuticas que estimulam a venda de produtos, oferecendo facilidades como prêmios, bônus, concursos e sorteios, incitando à prática da automedicação (BRASIL, 2011).

Com todas as tentativas de conscientização da população acerca da automedicação, um estudo realizado em 2014 pelo Instituto de Ciência, Tecnologia e Qualidade (ICTQ), demonstrou que 76,4% da população brasileira utiliza medicamentos de forma indiscriminada, sendo a cidade do Salvador, na Bahia, a campeã do *ranking* das capitais, com 96,2% dos casos (BARBOSA, 2017).

Diante dessa situação, o presente estudo tem como questão norteadora, verificar qual o perfil dos indivíduos que se automedicam, analisando a frequência e as razões motivadoras de tal ação. Faz-se necessário também conhecer quais são os medicamentos mais utilizados de forma autônoma bem como avaliar o grau de conhecimento da população estudada sobre os efeitos adversos dos mesmos.

O uso de medicamentos de forma autônoma e indiscriminada promove sérios agravos à saúde pública, justifica-se então, nova investigação sobre a automedicação na população soteropolitana, com ênfase no padrão de consumo de medicamentos sem prescrição médica, a fim de traçar o perfil dos indivíduos que se automedicam e conhecer suas motivações.

A leitura da bula pode ser algumas vezes bastante complexa e muitas vezes deixar o leitor ainda mais confuso devido às informações que o laboratório fabricante relata sobre as reações que o medicamento pode provocar. No entanto, mesmo com toda a dificuldade na

interpretação é de suma importância aderir a essa prática, pois as informações ali contidas são primordiais para o uso adequado e seguro dos medicamentos após a receita ministrada e também após a venda nas farmácias. Todo o esclarecimento sobre o medicamento e posologia está disponível na bula de uma forma definida o que auxilia na diminuição dos riscos os quais os usuários estão expostos (RIGOTTO et al., 2016).

Metodologia

Para alcançar o objetivo da pesquisa, realizou-se um estudo quantitativo, empírico e descritivo, tendo como base de dados informações coletadas através da aplicação de questionários confeccionados pelos autores da pesquisa de acordo com referencial teórico e senso comum. As questões abordadas incluem variáveis sócio demográficas como sexo, faixa etária, estado civil, grau de escolaridade, ocupação, renda; uso de medicações rotineiras (classes mais prescritas), a prática da automedicação (os motivos que o levaram ao ato e a frequência de utilização), além de questões sobre o conhecimento populacional acerca dos medicamentos e quais são os grupos farmacológicos mais utilizados sem prescrição.

Foram abordados para participação da pesquisa duzentos e quarenta e oito pessoas, frequentadores de uma farmácia, localizada em uma grande avenida da periferia de Salvador-Bahia. Cento e oitenta aceitaram participar, assinando o termo de consentimento livre e esclarecido em duas cópias, ficando uma com o pesquisador e outra com o participante da pesquisa. A escolha deveu-se ao trânsito intenso de pedestres e veículos, e à ligação entre duas importantes localidades soteropolitanas. O local também é caracterizado pela presença acentuada de imóveis residenciais e comerciais e está cingida de acessos para bairros populosos e carentes da cidade.

Para que não houvesse homogeneidade nos resultados, a aplicação dos questionários foi feita em diferentes turnos. O turno matutino sendo das 8h às 12h, o vespertino das 13h às 17h e o noturno das 18h às 22h.

A escolha dos participantes da pesquisa ocorreu de maneira casual simples, aleatória, sendo excluídas crianças e adolescentes menores de dezoito anos. Desta forma, as variáveis sócio demográficas dos mesmos possui caráter acidental, levando em consideração o perfil da população frequentadora e residente da localidade a qual se encontra a farmácia.

Os dados colhidos foram avaliados separadamente de acordo com o perfil sócio econômico da população e analisados através da técnica de análise descritiva. Os dados

obtidos foram transcritos para planilha Microsoft Office Excel, tabelas e gráficos do 2007, calculado frequências absolutas e relativas das respostas afirmativas em porcentagem. Para dados estatísticos, o programa R com versão 3.1.3 foi utilizado para construção de tabelas e gráficos de percentuais.

Foram estabelecidos parâmetros para a tabulação das informações colhidas nas questões abertas, onde as respostas semelhantes constituíram uma determinada categoria.

Por se tratar de uma pesquisa envolvendo seres humanos, o presente trabalho foi submetido ao comitê de ética tendo sido aprovado sob o número 34155014.7.0000.5033 no dia vinte e dois de setembro de dois mil e quatorze.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentre os 180 questionários analisados, observamos a utilização de 62 diferentes medicamentos. De acordo com a análise no que tange sexo, 62% foram mulheres e 38% homens, tendo como faixa etária predominante 26 a 40 anos (37%). A maioria dos participantes afirmou que concluiu ensino médio (66%) e que são empregados (92,8%). A renda de 62,8% dos participantes variou entre R\$724,00 e R\$2.172,00, enquanto que 31,7% da população abordada foi de até R\$724,00.

Arrais e outros (2016), corroboram com nossos resultados no que tange a predominância de mulheres, porém demonstram um início precoce da prática da automedicação, com idade variando entre 16 a 45. Entre os homens, a frequência se dá entre as idades extremas. Bertoldi (2004) reafirma a prevalência feminina de utilização de medicamentos sempre superior à dos homens, até mesmo quando se eliminam os casos de uso exclusivo de contraceptivos. Ambos concordam que dentre os medicamentos utilizados sem prescrição médica, os analgésicos são os mais procurados (ARRAIS, 2016; BERTOLDI, 2004).

O uso de medicamentos de uso contínuo (Tabela 1) é o responsável pela ida de 46% das pessoas à farmácia, sendo os anti-hipertensivos (29%) e anticoncepcionais (28%) as principais escolhas medicamentosas. O dado alarmante perpassa pela utilização acompanhada desses medicamentos onde apenas 78% foram prescritos pelo médico.

Bortolon e outros (2008), corrobora com os achados, onde em um estudo realizado em Brasília, DF, medicamentos anti-inflamatórios, analgésicos e antipiréticos foram os mais usados sem orientação profissional, seguido pelos fitoterápicos/medicamentos naturais e

cardiovasculares. Entre as pacientes automedicadas, 65% apresentaram baixa escolaridade, enquanto 32% apresentaram renda menor ou igual a um salário mínimo. O consumo por automedicação não se mostrou variar conforme a condição socioeconômica.

Tabela 1 - Medicamentos de uso contínuo pela população entrevistada

Uso contínuo	Nº	%
Antihipertensivo	32	29
Anticoncepcional	31	28
Diurético	10	9
Antidiabético	9	8
Antidislipidêmico	6	5
Analgésico	5	5
*AINE	4	4
Antialérgico	4	4
Antiulceroso	2	2
Antiglaucomatoso	2	2
Broncodilatador	2	2
Suplemento Alimentar	2	2
Total	109	100

*AINE (Anti-inflamatório não esteroidal).

Fonte: Autores da pesquisa.

A automedicação é uma prática comum na sociedade brasileira onde a população leiga busca otimizar o processo saúde-doença que, de maneira demasiada pode gerar danos gravíssimos à saúde populacional. Neste estudo cento e setenta entrevistados informaram que compram medicamentos sem prescrição médica, o que corresponde a 94%. Dentre esses medicamentos os que mais se destacaram foram a Dipirona Sódica (18%), Paracetamol (16%) e Ácido acetilsalicílico (13%), ambos pertencentes à classe dos anti-inflamatórios não esteroidais (AINES) (Gráfico 1), sendo estes utilizados uma vez a cada dois meses por 42% da população entrevistada (Gráfico 2).

Os AINES pertencem a uma classe de medicamentos utilizados como analgésicos, anti-inflamatórios e antitérmicos, em sua grande maioria e que podem ser comprados sem prescrição médica, configurando entre a “preferência nacional” da automedicação por seu amplo espectro de ação.

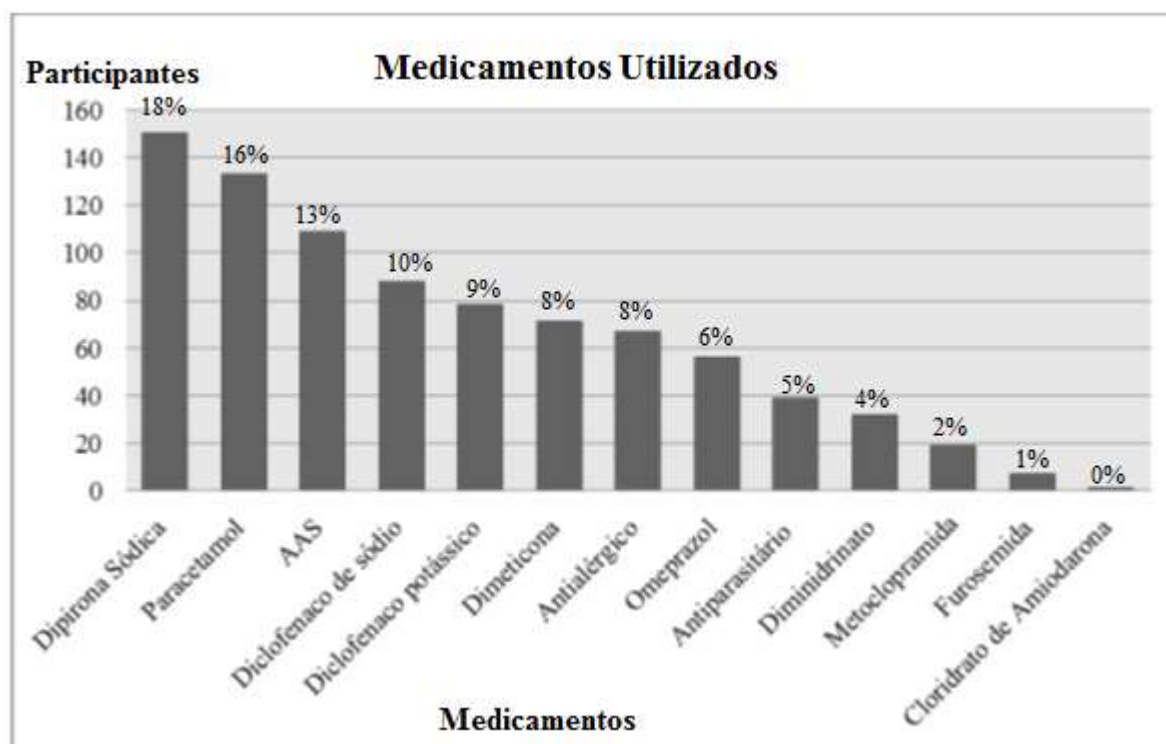
Resultados semelhantes a este estudo foram observados por Domingues e outros (2017) que verificaram também serem os AINES a classe terapêutica mais utilizada, representada pelos analgésicos como dipirona e paracetamol, seguido dos anti-inflamatórios,

como o diclofenaco de sódio e de potássio. Santos e outros em 2013 observaram em Goiânia em estudo envolvido na prática de automedicação, os analgésicos e relaxantes musculares foram os mais citados.

Outro dado importante demonstrado no estudo é a correlação entre a escolaridade e a prática da automedicação, sendo que, quanto menor a escolaridade, maior a realização dessa prática (SANTOS et al., 2013).

De acordo com os relatórios de venda de duas drogarias da cidade de Jacareí, no estado de São Paulo, referentes ao mês de agosto e setembro de 2013, entre os medicamentos de venda livre mais dispensados, destacam-se os analgésicos, sendo 63% a fração correspondente, na drogaria denominada como A; e 58%, na drogaria denominada B. (FERNANDES; CEMBRANELLI, 2015).

Gráfico 1 - Lista de medicamentos utilizados sem prescrição médica



Percentual de medicamentos mais utilizados por indivíduos frequentadores da farmácia sem prescrição médica. Fonte: Autores da pesquisa

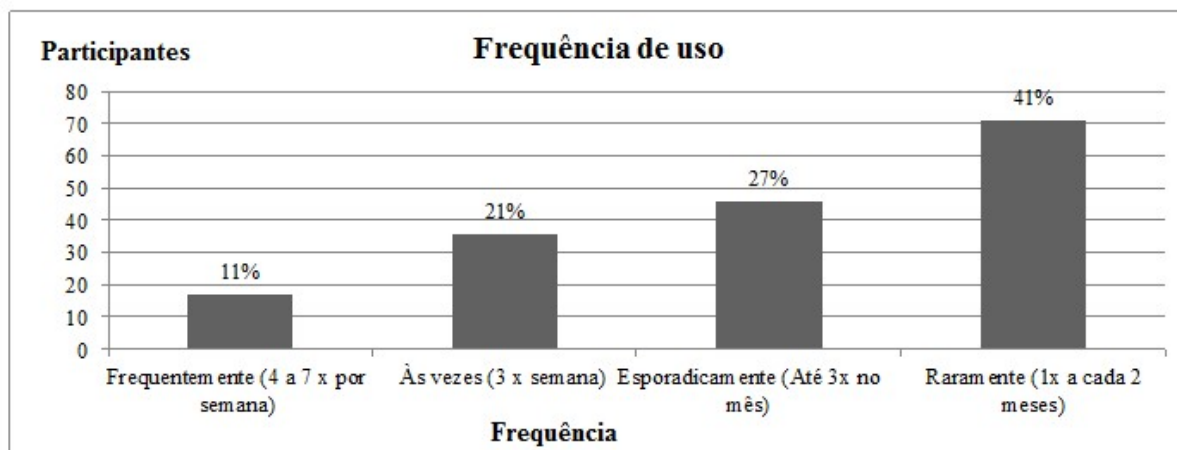
Quanto à frequência, os dados são ainda mais alarmantes, pois ainda que a minoria tenha informado usar três vezes na semana (21%) e quatro a sete vezes na semana 11%, este somatório compreende um número bastante relevante, visto que o uso de medicamentos em

excesso pode causar intoxicação e dependência. (Gráfico 2). A gravidade do uso indiscriminado pode ser mensurada quando 74% dos frequentadores da farmácia afirmam desconhecer os efeitos colaterais e adversos dos fármacos que utilizam.

O desconhecimento dos efeitos colaterais e adversos mostrou ser um importante agravante, podendo gerar diversas iatrogenias, principalmente no grupo de indivíduos que informou fazer uso de medicações contínuas e paralelamente fazem uso de outros medicamentos sem orientação médica, podendo causar interações medicamentosas que anulem ou exacerbem os efeitos das drogas trazendo malefícios a saúde do usuário.

Estudos como o de FUSER, 2013, fundamenta a pesquisa realizada quando diz que a oferta de medicamentos no mercado, a prática da automedicação e a falta de orientação farmacêutica pode levar à utilização indevida de medicamentos e facilitar a ocorrência de diversos agravos a saúde da população e até mascarar alguma doença. A existência de uma frágil política nacional de medicamentos, marcada por diversas formas de resistência ao uso racional de produtos da indústria farmacêutica, bem como a existência de uma imensa variedade de fármacos de segurança e eficácia duvidosa também favorece a prática da automedicação, podendo gerar danos à saúde (OLIVEIRA, 2010).

Gráfico 2 - Frequência de utilização dos medicamentos utilizados sem prescrição médica



Frequência de prática de automedicação.

Fonte: Autores da pesquisa.

A compra dos medicamentos é baseada em primeiro lugar, pelo conhecimento próprio (36%) e, em seguida, pela indicação de amigos e familiares (19%). Em relação a outros aspectos, 12% das pessoas informaram não ter tempo de ir ao médico, e muitas vezes, isso é relacionado à dificuldade de conseguir um bom atendimento (7%) (Tabela 2).

Tabela 2 - Motivos da prática de automedicação

Motivos	Nº	%
Conhecimento próprio	65	36
Indicação de amigos ou familiares	35	19
Falta de tempo de ir ao médico	21	12
Dificuldade de conseguir atendimento médico	13	7
Alívio rápido dos sintomas	11	6
Facilidade	8	4
Necessidade do momento	8	4
Por algum sintoma	4	2
Emergências	3	2
Não gosta de ir ao médico	3	2
O médico já passou e se deu bem	3	1
Caos na saúde	2	1
Auto-cuidado	1	1
Consulta pela internet	1	1
Não julga necessário ir ao médico	1	1
Hábito	1	1
Total	180	100

Razões mencionadas pelos frequentadores da farmácia para a prática da automedicação em números absolutos e percentual. Fonte: Autores da pesquisa.

Silva e outros (2014) concorda com os achados quando diz em sua pesquisa, que os principais motivos que levaram seu público de pesquisa a se automedicarem foram a influência da propaganda; o uso de prescrições antigas; a orientação de funcionários de farmácia, amigos, vizinhos e familiares; o armazenamento de medicamentos em casa; a influência de conhecimento próprio e a cultura do autocuidado com a saúde estabelecida no país.

Estes dados corroboram com os encontrados em Portugal por Matos em 2005 e, ainda por Navaes e outros que, em 2010 também verificaram que os principais motivos que influenciaram as pessoas a prática da automedicação foram a insatisfação com a demora e a baixa qualidade do atendimento nos serviços de saúde, a relação médico-paciente com orientações pouco claras, o aconselhamento com amigos, a facilidade de aquisição de medicamentos nas farmácias e a publicidade sob a forma de propagandas de televisão, rádio e outdoor referente a medicamentos (NAVAES et al., 2010; MATOS, 2005).

Motivos semelhantes são referidos por Domingues e outros (2015), relatando que a automedicação é consequência de vários fatores, estando entre eles, a dificuldade de acesso aos serviços de saúde, a crença nos efeitos benéficos de se tratar ou de se prevenir doenças e a busca pelo alívio de sintomas. Para Arrais e outros (2016), mesmo com os avanços, a demora, a baixa qualidade e a dificuldade de acesso aos serviços de saúde ainda persistem, junto a isso, contribui para a prática da automedicação, as propagandas na mídia, as farmácias caseiras no domicílio e a crença na resolutividade dos medicamentos.

Essas situações desestimulam as pessoas a procurarem pelos serviços de saúde por acreditarem na baixa resolução das queixas informadas e, por outro lado, as encorajam a encontrarem um meio mais fácil de sanar seus desconfortos (NAVAES, 2010).

O acesso a internet também constitui favorecimento a prática da automedicação. No Brasil, estima-se que mais de 10 milhões de usuários acessam sites sobre saúde regularmente em busca de informações acerca do binômio doença-tratamento, sem levar em consideração que grande parte das informações disponibilizadas na internet sobre doenças e tratamentos são inadequadas ou incompletas cientificamente (MORETTI; OLIVEIRA; SILVA, 2012).

Além da internet, a veiculação maciça e exploração das propagandas de medicamentos nas diversas mídias, tem sua recepção principalmente pelas mulheres visto que estão direta e tradicionalmente relacionadas com seus papéis sociais, entre eles o de prover a saúde da família (ARRAIS, 1997). Essa teoria é reforçada pela predominância do uso de medicamentos pelo gênero feminino conforme dados desta pesquisa.

Segundo Helman (2007) citado por Carvalho e Barros em (2013), a maior parte da assistência primária à saúde, ocorre dentro da família. Empiricamente, as principais responsáveis pela assistência são, em geral, as mulheres, mães e avós, historicamente as mulheres sempre desempenharam o papel de cuidadoras utilizando meios não industrializados e as parteiras tradicionais, que ainda fornecem a maior parte do atendimento obstétrico em muitas partes do mundo (CARVALHO; BARROS, 2013).

As estratégias promocionais adotadas pela indústria farmacêutica, dirigidas tanto aos médicos como à população, são as mais variadas e, crescentemente, sofisticadas incluindo o emprego das novas técnicas de informação eletrônica, além do uso intensivo da mídia (televisão, jornais, revistas e internet) (CARVALHO; BARROS, 2013).

CONCLUSÃO

O perfil dos indivíduos que praticam automedicação é formado por mulheres jovens, entre 26 a 40 anos, solteiras, com grau de escolaridade até o ensino médio e de classe social D e E. Os principais motivos que levaram as mesmas a tal hábito foram o conhecimento próprio, indicação de amigos e/ou familiares e falta de tempo para ir ao médico. Os medicamentos listados como os mais utilizados são dipirona sódica, paracetamol e ácido acetilsalicílico, todos pertencentes à classe dos anti-inflamatórios não esteroidais, normalmente indicados por suas propriedades analgésicas, anti-inflamatórias e antitérmicas, porém vendidos sem a necessidade de prescrição médica. O grau de conhecimento avaliado mostrou-se inadequado, pois a maioria respondeu não saber os efeitos indesejados.

O fator limitante do estudo encontra-se na própria amostra visto que apesar do número expressivo de entrevistados, o bairro escolhido apresenta, além de uma população residente grande, uma população flutuante considerável e variável onde alguns são frequentadores assíduos da farmácia do estudo enquanto outros a escolheram aleatoriamente. Diante do exposto, ainda que com algumas limitações, este estudo é de grande relevância pois quando levantada a questão, “automedicação: solução ou problema?”, conclui-se que, mesmo com a rápida solução de sintomas e desconfortos causada pelo consumo de medicamentos indiscriminadamente, o uso de fármacos sem orientação médica constitui um sério problema de saúde pública, visto que os danos que acometem os indivíduos que se automedicam perpassam pelo agravamento de patologias, ocorrência de interações medicamentosas, reações iatrogênicas, entre outras injúrias que podem ser graves e até irreversíveis.

O presente estudo confirma o quanto a prática da automedicação é comum na sociedade atual, sendo incorporada ao cotidiano da maioria dos indivíduos, que recorrem aos medicamentos diante de qualquer tipo de transtorno. Espera-se que esses dados reforcem a necessidade de criação de programas específicos de orientação acerca da utilização correta dos medicamentos, minimizando a carência de informação da população no que tange seu uso racional e correto.

REFERÊNCIAS

ARRAIS, P.S.D. et al. Perfil da automedicação no Brasil. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 71-7, 1997.

ARRAIS, P.S.D. et al. Prevalência da automedicação no Brasil e fatores associados. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 50 (supl. 2), p. 1-11, 2016.

BARBOSA, M.F. **A relação da automedicação com a farmácia domiciliar**: uma revisão de literatura. Governador Mangabeira, Ba, 2017.

BERTOLDI, A. D. et al. Utilização de medicamentos em adultos: prevalência e determinantes individuais. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 228-38, 2004.

BORTOLON, P. C. et al. Análise do perfil de automedicação em mulheres idosas brasileiras. **Revista de Ciência & Saúde Coletiva**, Brasília, v. 13(4), p. 1219-1226, 2008.

BRASIL. Consulta Pública n° 95, de 19 de novembro de 2001. **Bula de medicamento**. Brasília-DF, 19 nov 2001. Disponível em: <<http://www4.anvisa.gov.br/base/visadoc/CP/CP%5B2735-1-0%5D.PDF>>. Acesso em: 29 maio 2014.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução n° 44 de 9 de maio de 2011. Dispõe sobre o controle de medicamentos à base de substâncias classificadas como antimicrobianos, de uso sob prescrição, isoladas ou em associação. **Diário Oficial [da] União**. Brasília, DF, 9 mai. 2011. Disponível em: <<http://www4.anvisa.gov.br/base/visadoc/CP/CP%5B2735-1-0%5D.PDF>>. Acesso em: 29 maio 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas. Evolução dos Casos Registrados de Intoxicação Humana por Agente Tóxico. **Fundação Oswaldo Cruz**. Brasil, 2015. Disponível em: <<https://sinitox.icict.fiocruz.br/sites/sinitox.icict.fiocruz.br/files//Brasil10.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n° 3.916 de 30 de outubro de 1998. Política Nacional De Medicamentos. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, mai. de 2001. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1998/prt3916_30_10_1998.html>. Acesso em: 29 maio 2014.

CARVALHO, Marselle Nobre de; BARROS, José Augusto Cabral de. Propagandas de medicamentos em revistas femininas. **Rev. Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 96, p. 76-83, jan./mar. 2013.

DOMINGUES, P.H.F. et al. Prevalência da automedicação na população adulta do Brasil: revisão sistemática. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 49, 2015.

DOMINGUES, P.H.F. et al. Prevalência e fatores associados à automedicação em adultos no Distrito Federal: estudo transversal de base populacional. **Rev. Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 26, n. 2, p. 319-330, abr./jun. 2017.

FERNANDES, Wendel Simões; CEMBRANELLI, Júlio César. Automedicação e o uso irracional de medicamentos: o papel do profissional farmacêutico no combate a essas práticas. **Rev. Univap**, São José dos Campos-SP, v. 21, n. 37, jul. 2015.

FEUSER, P. E. Perfil das intoxicações medicamentosas no Estado de Santa Catarina. **Revista de Saúde Pública de Santa Catarina**. Santa Catarina, v. 6, n. 2, p.23-32, abr./jun. 2013.

INSTITUTO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E QUALIDADE. **Automedicação no Brasil**. Goiás, 2014. Disponível em: <<http://www.ictq.com.br/pesquisa-do-ictq/353-indicacao-de-amigo-reforca-a-pratica-da-automedicacao>>. Acesso em: 28 set. 2014.

MATOS, M.C.A. **Automedicação**. Universidade Fernando Pessoa. Portugal, 2005.

MORETTI, Felipe Azevedo; OLIVEIRA, Vanessa Elias de; SILVA, Edna Mariko Koga da. Acesso a informações de saúde na internet: uma questão de saúde pública?. **Rev. Assoc. Med. Bras**, São Paulo, v. 58, n. 6, nov./dez. 2012.

NAVAES, J.O.S. et al. Automedicação: uma abordagem qualitativa de suas motivações. **Rev. Ciência e Saúde Coletiva**, Brasília, v. 15 (supl. 1), p. 1751-1762, 2010.

OLIVEIRA, Luciane Cristina Feltrin de; ASSIS, Marluce Maria Araújo; BARBONI, André René. Assistência Farmacêutica no Sistema Único de Saúde: da Política Nacional de Medicamentos à Atenção Básica à Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15(Supl. 3), p. 3561-3567, nov. 2010.

RIGOTTO, G. C. et al. A bula de medicamentos: A importância da leitura das bulas. **Rev. Científica da Faculdade de Educação e Meio Ambiente**, Rondônia, v. 7, n. 1, p. 16 – 27, jan./jun. 2016.

RODRIGUES, Maria Cristina Soares; OLIVEIRA, Cesar de. Interações medicamentosas e reações adversas a medicamentos em polifarmácia em idosos: uma revisão integrativa. **Rev. Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 24, set. 2016.

SANTOS, T. R. A. et al. Consumo de medicamentos por idosos, Goiânia, Brasil. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 47, n. 1, p. 94-103, fev. 2013.

SILVA, Flávio Martinez da; GOULART, Flávia Cristina; LAZARINI, Carlos Alberto. Caracterização da prática de automedicação e fatores associados entre universitários do curso de Enfermagem. **Revista Eletrônica de Enfermagem de São Paulo**, v. 16(3), p. 644-51, jul./set. 2014.

Apêndices

Pesquisador:

Horário:

Questionário

Sexo:

Feminino Masculino

Faixa etária:

18 a 25 26 á 40 41 a 60 Acima de 61

Renda:

- Acima de R\$10.860,00 0
 De R\$3.620,00 a R\$10.860,00
 De R\$2.172,00 a R\$3.620,00
 De R\$724,00 a R\$2.172,00
 De R\$0,00 a de R\$724,00

Bairro: _____

Estado Civil:

Solteiro Casado

Grau de escolaridade:

- Ensino fundamental
- Ensino médio
- Ensino superior em curso
- Ensino superior

Ocupação: _____

Faz uso de alguma medicação contínua, de forma rotineira?

- Sim Não

Quais?

Foi receitado pelo médico?

- Sim Não

Você compra medicamentos sem prescrição médica?

- Sim Não

O que te levou a comprar medicamentos sem prescrição médica?

Quais dos medicamentos abaixo você costuma tomar sem prescrição médica?

- AAS (Coristina D, Aspirina, Doril, Engov, Melhoral, Sonrisal)
- Antialérgico
- Antiparasitário
- Atropina (Atropion)

- Cloridrato de Amiodarona (Ancoron)
- Diclofenaco de sódio (Voltaren)
- Diclofenaco potássico (Cataflan)
- Dimeticona (Luftal)
- Diminidrinato (Dramin)
- Dipyridamol (Persantin)
- Dipirona Sódica (Anador, Novalgina, Dorflex, Buscopan, Benegrip)
- Furosemida (Lasix, Furosemida, Furesin, Furosemide)
- Metoclopramida (Plasil)
- Omeprazol (Losec, Prepazol, Victrise, Omeprasec)
- Paracetamol (Tylenol, Multigrip, VickPyrina, Sonridor)

Outros:

Com que frequência você utiliza os medicamentos supracitados?

- Frequentemente (4 a 7 x por semana)
- Às vezes (3 x semana)
- Esporadicamente (Até 3x no mês)
- Nunca
- Raramente (1x a cada 2 meses)

Você conhece os efeitos colaterais (indesejados) dos fármacos que utiliza?

- Sim
- Não